GOMES, Laurentino – 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007

História da Educação no Brasil - Aula 12 - O movimento escolanovista no Brasil – disponível em https://youtu.be/SDPl2sgf9Og/ acesso em 15/11/2021

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep – disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e--exameseducacionais/enem acesso em 16/11/2021

MASETTO, Marcos/PUCSP (06/10/2009) – disponível em: https://youtu.be/qWXGXRZ_shU/ acesso em 19/10/2021

O ensino superior no Brasil: público e privado – disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1pdTIHwHv-AUy2tkWwpaMIgfFpTwh-CPVB acesso em 16/11/2021

Paulo Freire, 100 anos I Documentário – disponível em: https://youtu.be/viQF-VNdpkYI acesso em 23/11/2021

SANTOS, Adilson Pereira dos/CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de - ENSINO SUPERIOR: trajetória histórica e políticas recentes, 2009 p.4 – disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%2

0trajetoria%20historica%20e%20politicas%20recentes.pdf?sequence=1/ acesso em 19/10/2021

SCHWARTZMAN, Simon - A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social, Estud. av. vol.20 no. 56, 2006) – disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103401420060001000 12/acesso em 19/10/2021

VEIGA, Ilma Passos Alencastro – A aventura de formar professores – Campinas, SP - Editora Papiros, 2009 – pág 27.

A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA.

MARCIA PAES LANDIM

RESUMO

Este artigo tem a pretensão de levar a reflexão sobre os alunos com deficiência e a falta de acessos no sentido integral, isso ocorre em diferentes tempos da nossa história. Pensar em planos escolares para alunos com deficiência, é de um trajeto longo e necessário, remete a ultrapassar barreiras de mentalidades que segregam, discriminam e subestimam a pessoa com deficiência. Estabelecer uma discussão sobre a prática educacional, o reconhecimento das potencialidades e capacidades individuais, além de fazer parte de um todo, deve ser amplamente pensada.

Esse tema é imprescindível, de enorme importância, provoca diversas discussões positivas quando se reflete e amplia conhecimentos, leva os profissionais a uma realidade em que se reconhece que todos devem estar comprometidos com os processos educativos com respeito a inclusão.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade como um todo precisa passar por um processo de educação e conscientização para que aconteça a verdadeira inclusão, onde as pessoas com deficiência possam exercer seus direitos de cidadãos sem as amarras do preconceito que atrapalham, impedem o pleno desenvolvimento, tudo deve ocorrer de maneira transformadora, nos espaços físicos acessíveis, nas questões educacionais de conscientização, que seja de interesse geral e não somente dentro do ambiente de convivência rotineira da pessoa com deficiência, mas, de todos os cidadãos.

Pensando nos inúmeros desafios da inclusão no ambiente educacional é preciso proporcioná-la de maneira séria, ética e de abordagem em todos os níveis do ambiente escolar, visto que, a mudança de mentalidade deve ocorrer em todo o ambiente educacional. Para que tudo isso ocorra de maneira saudável é necessário que aconteçam de maneira ativa, não somente teorias, mas, situações na prática, ações humanas que capacitem educandos e profissionais de todos os setores, que modifiquem a forma de olhar de toda uma sociedade sobre as pessoas com deficiência diante do mundo que os cerca, fazendo com que a igualdade e respeito seja algo natural de se praticar.

Este artigo tem a intenção de provocar reflexões sobre as dificuldades encontradas pela pessoa com deficiência dentro do ambiente escolar, como tudo isso reflete na sua trajetória partindo para os outros meios sociais e profissionais. As ações necessárias para as mudanças sejam plausíveis, concretas para que a inclusão seja real, para que o atendimento seja equânime, que intervenção os profissionais de educação têm como possível no universo escolar.

Pensando em tudo, se faz necessário a reflexão sobre os potenciais inclusivos e seus processos, nos desafios e dificuldades vividos pelos alunos com deficiência e o quanto essas discussões e ações devem ser intensivas e constantes nos diversos meios sociais, nas políticas públicas, culturais e pedagógicas, é muito importante destacar o envolvimento dos profissionais de educação nesse universo como necessário e imprescindível.

Para a realização desse artigo é muito importante que se pesquise as diversas opiniões exploradas através de vasta bibliografia, explorando e discutindo conceitos diversos que justificam as necessidades de conhecer sobre o universo da inclusão e a exploração de seus potenciais, um mundo desafiador.

2. A Pessoa com deficiência e sua história

Ao analisar a história da pessoa com deficiência é impossível não ressaltar sua caminhada carregada de preconceitos, exclusão e segregação, essa reparação histórica de injustiça se faz necessária e imediata e para isso, a educação que possibilite a mudança na visão do contexto social.

Contribuindo com essa mudança de visão, Fonseca (1987, p. 10) argumenta que, na Idade Média a segregação, o isolamento e a discriminação do meio social eram operados pelos exorcistas e esconjuradores, afastando o espírito por meio do “exorcismo”. Fonseca também relata

que, “Nos séculos XVI e XVII a mitologia, o espiritismo e a bruxaria dominaram e afetaram a visão da deficiência, de modo decorreram julgamentos morais, perseguições, encarceramentos, etc.”. À frente desses estudos, é possível perceber a demonização das pessoas com deficiência e que essa cultura segregava terrivelmente, pois, fez com que essas questões caminhassem para uma visão sobrenatural ou algo maligno.

A deficiência na mitologia era vista como algo maligno, negativo e as pessoas eram segregados, escondidos e suas vidas eram decididas pelos componentes familiares.

Mazzota (2005, p. 16) descreve que a “própria religião, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, subestima consequentemente que todo ser deveria ser perfeito, as deformações existentes no corpo e na mente denunciavam as imperfeições humanas existentes, dessa forma, as pessoas castigadas por Deus, por serrem diferentes no seio físico ou mental de um padrão considerado “normal” para aquela sociedade.

Já Silva (1987, p. 191), diz que,

[...] quase uma totalidade das pessoas com deficiência eram pobres, miseráveis. Entre os ricos, as pessoas com deficiência eram consideradas um peso para a família, uma vez que não significavam nada em termos sociais e políticos e acabavam ficando enclausurados nos portões de suas mansões pelo resto da vida.

Segundo Figueira, em seus estudos pelo Brasil descreve, (2008, p.6), “quando uma criança nascia com algum tipo de deficiência, eles acreditavam que a mesma traria maldição a tribo, e imediatamente abandonavam nas matas”, onde as crianças morriam de fome ou seriam devoradas pelos animais. Outras vezes, as arremessavam das montanhas ou as sacrificavam em rituais de purificação

Segundo Marques, (2001, p. 36):

A história conta e a antropologia está aí para quem quiser confirmar! Nas antigas civilizações (e em algumas sociedades tribais nos dias atuais), a prática de eliminação pura e simples de seus membros que nasciam ou adquiriam deficiências através de doenças, acidentes rurais ou de caça. Usavam como argumento para o sacrifício a idéia de que o indivíduo iria sofrer ao longo de sua vida as condições precárias da época, além da eliminação da vítima em função da coletividade. Naqueles tempos, já existia o conceito de “inferioridade”; um sujeito com algum tipo de deficiência, na visão pré-concebida de sua tribo, nunca seria um bom caçador, não poderia ir para o campo de batalha, não era digno de uma esposa, nem de gerar novos e bons guerreiros etc. Já existia a discriminação e a segregação.

Ao pesquisar sobre o assunto é fato que, as pessoas com deficiência sofrem com a exclusão desde sempre e de diversas maneiras inimagináveis, não fosse a vastidão bibliográfica. Com a justificativa de que sofreriam por não possuírem a complexidade física padronizada, não seriam seres capazes de cumprir tarefas e obrigações dentro dos contextos tribais.

As pessoas com deficiência foram vistas de maneira mais afetiva no Império Romano, as reconheciam como seres hu-

manos que necessitavam de caridade das igrejas que inclusive, eram contra a cultura de eliminar bebês com deficiência. Com esse pensamento as igrejas, conventos e instituições criaram a roda dos enjeitados, as crianças eram deixadas, criadas, cuidadas e alimentadas pelas instituições, sem nunca saber quem foram seus familiares.

Na visão de Aranha, 2001p.8, esses ambientes, “instituições totais", também faziam parte de uma cultura segregadora e excludente.

No século XIX, a mentalidade e os estudos, o olhar da sociedade para a pessoa com deficiência mudou significativamente, demorou, mas, não tardio, surgiram além das instituições, hospitais e locais de habitação com profissionais mais capacitados e com aprofundamentos específicos para cada deficiência, com possibilidades de reabilitações e contribuições médicas nesse processo.

Pessoti ressaltou, Pessoti (1984, p. 68):

A fatalidade hereditária ou congênita assume o lugar da danação divina, para efeito de prognostico. A individualidade ou irrecuperabilidade do idiota é o novo estigma. Que vem substituir o sentido expiatório e o propiciatório que a deficiência recebera durante as negras décadas que atenderam a medicina, também supersticiosa. O médico é o novo arbitro do destino do deficiente. Ele julga, ele salva, ele condena.

Como já foi citado, as pessoas com deficiência passaram a ser tratadas apenas como se tivesse uma patologia que novamente seriam retiradas do convívio da sociedade e trancada em hospitais, tratavam apenas paliativamente a pessoa.

Nos anos sessenta, na Inglaterra, partindo das próprias pessoas com deficiência surgiram novos estudos e propostas que, passaram a ser modelos de convívio social, contrariando teorias que tinham a visão das deficiências como doença, pensando na busca por igualdade de direitos e respeito às diferenças, travando então, uma batalha em favor das políticas públicas de inclusão, acessibilidade e educação, questões que limitam o convívio social da pessoa com deficiência.

Werneck relata, (2008, p. 143):

De acordo com o modelo social, a deficiência é a soma de duas condições inseparáveis: as sequelas existentes no corpo e as barreiras físicas, econômicas e sociais impostas pelo ambiente ao indivíduo que tem essas sequelas. Sob esta ótica, e possível entender a deficiência como uma construção coletiva entre indivíduos (com ou sem deficiência) e a sociedade.

Partindo do que já foi estudado, é fato que as dificuldades das pessoas com deficiência possuem são muito maiores quando o tema é inclusão e que se trata muito mais de uma questão social do que física, que a inclusão deve ser incansável e constante no que tange a políticas públicas e educação.

De acordo com Fonseca (1987, p. 11):

O deficiente é uma pessoa com direitos. Existe, sente, pensa e cria. Tem uma limitação corporal ou mental que pode afetar aspectos de comportamento, aspectos estes muitas vezes atípicos, uns fortes adaptados, outros fracos e pouco funcionais, que lhe dão um perfil inte-

rindividual peculiar. Possui igualmente discrepâncias no desenvolvimento biopsicossocial, ao mesmo tempo em que aspira a uma relação de verdade e de autenticidade e não a uma relação de coexistência conformista e irresponsável.

As Pessoas com deficiências possuem limitações diferentes e cabe ao meio social adaptarse, levando-se em conta que também possuem inúmeras potencialidades ou habilidades.

Pensando nisso, cabe nas políticas públicas, facilitar todos e qualquer acessos possíveis, até porque, todo e qualquer ser humano possui limitações e que a vida é um infinito aprender, adaptar.

2.1 definição de incluir e integrar, desafios escolares

Durante muito tempo a igualdade de oportunidades foi negligenciada, o ensino generalizado sem a preocupação das diferentes personalidades, dificuldades de aprendizagens e limitações sensório motoras, intelectuais, limitando as aprendizagens, privando de oportunidades de convívio e aprendizagem todos os agentes da aprendizagem, pois, todas a pessoas possuem limitações.

Na Revolução Francesa tiveram início às discussões e preocupações com os cidadãos em um aspecto social, onde se firmou na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

(1789). Dentre alguns direitos assegurados estão o Direito a Liberdade, a Prosperidade e à Segurança. Estes foram ratificados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamados pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948, reconhecendo ser comum a todos os homens sem qualquer discriminação destacando-se o direito a educação.

Atendendo a essa necessidade a ONU desenvolveu a Declaração dos Direitos da Criança e a Declaração dos Direitos do Deficiente, que visam certificar as todas as pessoas o desenvolvimento de uma vida digna em sociedade, princípios estes absorvidos pelos países, que após a Segunda Guerra Mundial, optaram pelo regime democrático.

A inclusão escolar não se resume em apenas matricular o aluno com deficiência no universo escolar, até porque isso seria somente integrar e acarreta em questões importantes, as diferenças.

Partindo da questão de que todos são indiscutivelmente, diferentes, não é possível educar acreditando num modelo que uniformiza. A educação deve ter princípios que investigam entes mesmo do planejar e leve em conta todo e qualquer tipo de diferenças, as histórias individuais, culturais e de identidade e é impossível estabelecer modelos de normalidade, pensando em formar cidadãos críticos e independentes.

Incluir é desafiar, é lutar por qualidade de vida social, dos diferentes níveis da educação, para que todas as pessoas possam usufruir com dignidade e respeito os seus direitos e deveres de maneira plena e democrática.

O conceito de inclusão vai além, trata-se de um desafio a ser enfrentado pela escola convencional, na busca de melhorias na qualidade de educação básica e superior, para que os alunos com ou

sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, faz-se necessário que a escola aprimore suas práticas a fim de atender as diferenças.

Esta talvez seja a maior preocupação, segundo Werneck (1997, p. 82) é uma:

[...] provocação para a transformação e melhoria do ensino escolar como um todo. A palavra inclusão remete-nos a uma definição mais ampla, indicando uma inserção total e incondicional, esta exige a transformação da escola, pois defende a inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades dos alunos, ou seja, a inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino.

Sendo assim, na versão inclusiva ao invés de adaptar e diferenciar o ensino para alguns, a escola precisa recriar suas práticas, mudar suas concepções rever seu papel sempre valorizando e reconhecendo as diferenças

Werneck (2002, p. 16-17) fala sobre integração e inclusão:

No dicionário, os verbos "incluir" e "integrar" têm um significado muito parecido: "ser inserido", "incorporar-se" ou "fazer parte". Entretanto, quando representam movimentos internacionais, inclusão e integração são palavras que representam crenças totalmente distintas, embora encerrem a mesma ideia, ou seja, a inserção de pessoas com deficiência na sociedade. Os mal-entendidos na abordagem da mídia sobre o tema começam justamente aí. A maioria das matérias usa o termo inclusão, mas fala de integração.

A escola passeia entre paliativos e a busca real da inclusão, é desafiador para todos os envolvidos com a educação praticar, tornar concreta a educação de maneira equânime.

Seria contraditório falar em educação omitindo as lutas contra as desigualdade e preconceitos vividos pela humanidade durante o percurso, a história da humanidade, praticar a igualdade sem se deparar com atitudes, falas preconceituosas é desprender-se de valores e culturas arcaicas que divergem com a educação em sua integralidade, é uma luta constante.

Segundo Johnson (1997, p. 180):

[...] preconceito é uma atitude cultural positiva ou negativa dirigida a membros de um grupo ou categoria social. Como uma atitude, combina crenças e juízos de valor com predisposições emocionais positivas ou negativas. Por exemplo, o racismo que brancos dirigem a negros e outras pessoas de cor incluem crenças estereotipadas sobre diferenças raciais em áreas como inteligência, motivação, caráter moral e habilidades diversas.

Werneck (1999, p. 45):

Ainda hoje, no Brasil, tanto a escola especial quanto a escola regular geram e incentivam a segregação. São, obviamente, formas mais ou menos sutis de ação, algumas dificílimas de serem denunciadas como tal. [...] Defender o conceito e a prática da educação inclusiva, portanto, não é propor uma guerra entre o "modelo especial" e o "modelo regular" torcendo para que vença o melhor. Não há o melhor, pois a história prova que ambos têm sido incompetentes na formação de brasileiros aptos e dispostos a não-discriminar com

base em qualquer diferença.

Fávero (2004, p. 55) admite que a integração na sala de aula regular significa a mudança no modo de como é visto o deficiente e remete a integração desse ser na sociedade de modo que ele se aperfeiçoe se constituindo como um ser "normal", procurando se "normatizar", a medida dos outros ditos "normais".

Mantonan (1997) afirma que quando os professores eximem os alunos com deficiência da responsabilidade de seus atos expõem à visão condescendente de com elas são tratadas em sala de aula. A falta de informações e o preconceito dificultam as reais possibilidades de desenvolvimento da criança deficiente e acarretam a educação dessas pessoas um caráter protecionista e limitador.

Prieto (2005, p. 99-100), reconhece que:

[...] muitas são as denúncias dos riscos de esta população estar na escola e não fazer parte dela e, assim, continuar marginalizada só que atrás dos muros da instituição. Entretanto, ao se alegar que as mudanças necessárias para a inclusão são tão grandes e profundas, e que, nesta realidade escolar atual, as crianças vão sofrer e continuar excluídas, apesar de inseridas, pode-se, na verdade, estar se justificando um imobilismo, um cruzar de braços diante do gigantismo do empreendimento de transformar a escola para efetivamente incluílas, mantendo-se, portanto, uma postura cômoda e excludente.

Pensando nas diversas linhas de raciocínio, é claro e notório os avanços diante da visão que divaga sobre as questões de inclusão da pessoa com deficiência, porém também é evidente que a sociedade engatinha ao tocante das acessibilidades, das políticas públicas, portanto, de uma convivência social respeitosa e igual. Diante de tudo isso, o papel do profissional da educação e da escola é imprescindível para a vivência de uma sociedade mais justa e igual para todos.

Essa é a proposta desse artigo, que traga reflexões e a busca da pratica urgente, porque as diferenças existem e estão aí para ensinar todos os dias.

Kupfer (2001, p. 80) em sua defesa pela inclusão diz:

A inclusão precisa ser feita de modo a preservar um princípio ético do qual andamos meio esquecidos — o direito de todos à vida — e produz ainda, efeitos terapêuticos para a criança cuja subjetivação encontra obstáculos que um velho pátio de escola ainda pode ajudar a transpor.

Mudanças são recorrentes, assim como as descobertas científicas, o ser humano evolui, há que se ter o dia em que as diferenças não se discutem, se adaptam e incluem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARANHA, Maria Salete. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Artigo publicado na Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n. 21 de março, 2001. Disponível em: http://centroruibianchi.sp.gov. Acesso em: 03 de jan. de 2020.

KAMARAL. L. A.; Diferenças, Estigma e preconceitos: O desafio da inclusão. In: Oliveira, M. K. de; Souza, D. TR; Rego, T. C. . Psicologia, educação e as temáticas da

Vida contemporânea. São Paulo: Moderna,2002.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FIGUEIRA, Emílio. Caminhando em silêncio: Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editora, 2008.

FONSECA, Vitor da. Educação Especial. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

JOHNSON, D. J., & Myklebust, H. R. (1997). Distúrbios de aprendizagem: princípios educacionais. São Paulo: Livraria Pioneiro Editora.

KUPFER, M. C. (2001). Duas notas sobre a inclusão escolar. In Escritos da criança, n.6 Centro Lydia Coriat, (pp. 71-82) Porto Alegre, RS.

LIBANEO, J.C. Pedagogia e Pedagogos, para quê? 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004

MARQUES, Luciana Pacheco. O Professor de Alunos com Deficiência Mental. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ORSOLON, L. A. M. O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. In: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. S. (Orgs.). O coordenador pedagógico e o espaço de mudança. 6ª Ed. São Paulo: Loyola, 2007. p.17-26.

PESSOTI, Isaias. Deficiência Menta: da Superstição à Ciência. São Paulo: Queiroz/EDUSP. 1984

PRIETO, R. G. (2005). Inclusão escolar: algumas considerações sobre o conceito e suas implicações. In A. M. Machado, et al. (Org.), Psicologia e Direitos Humanos: Educação inclusiva, direitos humanos na escola (pp. 99-105). São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

ROMANOWSKI, J. P. Formação e Profissionalização Docente. Curitiba: IBPEX, 2007.

SILVA, O. M. A Epopéia Ignorada- A pessoa deficiente na História do mundo de Ontem e de Hoje. São Paulo. Cedas, 1986.

VIGOTSKI, L. S. Obras escogidas. Tomo V. Madrid: Visor, 1997

WERNECK, Claudia apud RAGAZZI, Ivana Aparecida Grizzo. et al. Direitos Fundamentais: da normalização à efetividade nos 20 anos de Constituição Brasileira. Birigui – SP: Editora Boreal, 2008.

WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WERNECK, Cláudia. Integração ou Inclusão? Conceitos básicos para usar este manual. Em: Manual da mídia legal 1: jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. – Rio de Janeiro: WVA, 2002, páginas 16 a 17.